

DA POLIFONIA AO SILÊNCIO: DA POLIFONIA AO SILÊNCIO: O IMPACTO DO AI-5 NO DISCURSO DO *DIÁRIO DE BAURU* (1968-1969)

Leonardo Rodrigues Vallim¹

RESUMO

Durante a Ditadura Militar brasileira, a imprensa foi um campo de disputa fundamental. O decreto do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968, marcou o endurecimento do regime, impactando profundamente os meios de comunicação nacionais e regionais. Este artigo tem como objetivo analisar o periódico *Diário de Bauru*, verificando como o jornal reconfigurou sua linha editorial e sua linguagem jornalística no período de transição entre 1968 e 1969. Fundamentando-se na perspectiva da História Local e na análise do discurso de Mikhail Bakhtin, a pesquisa compara as manchetes anteriores e posteriores ao decreto. Os resultados demonstram a passagem de um discurso polifônico e crítico para um monólogo de adesão forçada e ufanismo, evidenciando as estratégias de sobrevivência do jornal diante da censura e da cassação de seu proprietário.

Palavras-chave: Ditadura Militar; *Diário de Bauru*; Censura; AI-5; Análise de Discurso.

ABSTRACT

During the Brazilian Military Dictatorship, the press was a fundamental field of dispute. The decree of Institutional Act No. 5 (AI-5) in December 1968 marked the hardening of the regime, profoundly impacting regional media. This article aims to analyze the newspaper *Diário de Bauru*, verifying how the journal reconfigured its editorial line and journalistic language during the transition period between 1968 and 1969. Grounded in the perspective of Local History and Mikhail Bakhtin's discourse analysis, the research compares headlines from before and after the decree. The results demonstrate the transition from a polyphonic and critical discourse to a monologue of forced adherence and triumphalism, highlighting the newspaper's survival strategies in the face of censorship and the revocation of its owner's mandate.

Keywords: Military Dictatorship; *Diário de Bauru*; Censorship; AI-5; Discourse Analysis.

INTRODUÇÃO

¹ Graduando em História pelo Centro Universitário Sagrado Coração (UNISAGRADO). Artigo realizado para as disciplinas de Metodologia da Pesquisa em História e História Contemporânea, sob a orientação dos Profs. Drs Lourdes M. G. C. Feitosa e Roger M. M. Gomes.

O papel da imprensa durante a Ditadura Militar é um tema amplamente debatido na historiografia brasileira, especialmente no que tange aos grandes jornais de circulação nacional. No entanto, a forma como os periódicos regionais reagiram, aderiram ou sucumbiram às pressões do regime ainda carece de maior aprofundamento. O presente artigo propõe uma análise do *Diário de Bauru*, um dos veículos de comunicação do centro-oeste paulista, focando especificamente no momento de maior ruptura política do período: a decretação do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968.

O objetivo central é investigar as transformações na imagem da ditadura construída pelo jornal, por meio de uma análise comparativa das edições de setembro de 1968 a fevereiro de 1969. Busca-se responder de que maneira a linguagem e a disposição das notícias na primeira página foram alteradas após o endurecimento da censura e da repressão estatal. A hipótese é que a transição do ano de 1968 para 1969 no *Diário de Bauru* não revela apenas uma mudança cronológica, mas uma reestruturação discursiva forçada pelo medo ou pela conveniência política.

Outro propósito desta pesquisa é examinar como as notícias de âmbito nacional eram interpretadas e apresentadas ao público bauruense pelo *Diário de Bauru*. Dessa forma, este estudo busca questionar o papel desempenhado por esses veículos de comunicação na difusão e mediação das ideologias e diretrizes políticas predominantes antes e durante o decreto do AI-5. A análise pretende compreender até que ponto esses jornais atuavam como agentes na formação da opinião pública, seja reforçando a visão oficial do governo ou influenciando a percepção dos leitores sobre os acontecimentos políticos do período.

As edições do periódico *Diário de Bauru* encontram-se devidamente arquivadas e preservadas no acervo do Núcleo de Pesquisa e Histórica (NUPHIS), pertencente ao Unisagrado – Centro Universitário Sagrado Coração, Bauru/. Esse núcleo, voltado aos estudos e à conservação de documentos de relevância histórica para a região, disponibiliza esse material para fins de pesquisa acadêmica e consulta, configurando-se como uma importante fonte primária para os estudos relacionados à história local e à imprensa regional.

No campo historiográfico da história regional, o autor Durval Muniz de Albuquerque Junior, em sua obra *A invenção do Nordeste e outras artes* (2011), realiza uma problematização na construção do conceito de região, no qual a ideia percorre uma teia de poder que elabora imagens e discursos que não se aproxima de culturas semelhantes, mas acaba por homogeneizá-las. Assim, entende-se que a compreensão sobre a ditadura militar perpassa por um pensamento homogêneo.

Os periódicos regionais desempenham um papel fundamental ao desafiar a concepção amplamente difundida de uma história homogênea em relação ao período da ditadura militar no Brasil. Ao trazerem à tona perspectivas locais, esses veículos de comunicação revelam que a experiência da ditadura não se deu de maneira uniforme em todo o território nacional, mas que foi marcada por especificidades regionais que influenciaram diretamente o modo como o regime foi vivenciado em diferentes localidades.

Segundo Pinsky (2008), esses periódicos, mesmo sob vigilância, se tornaram canais de confronto e crítica ao regime. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar e dar visibilidade à história regional, frequentemente silenciada e distorcida pela tentativa de uniformização dessa narrativa histórica, buscando, assim, uma compreensão mais rica e diversificada dos eventos ocorridos durante o período da ditadura militar.

A DIMENSÃO DA HISTÓRIA LOCAL

A análise do *Diário de Bauru* exige uma compreensão da História Local que ultrapasse o mero relato de eventos isolados, percebendo-a como um espaço de tensão onde as diretrizes nacionais do regime militar se materializam no cotidiano da cidade. Segundo Almeida et al. (2020, p. 163), a abordagem regional permite identificar a vida social local em seus aspectos políticos e culturais, expressando uma "dialética com o nacional e o global e com as suas tensões, sobreposições e justaposições de poderes". Assim, o periódico não atua apenas como um observador passivo, mas como parte integrante desse "campo de forças" (ALMEIDA et al.,

2020, p. 163), operando dentro das especificidades de Bauru para negociar sua permanência e sua voz diante da censura.

Nesse sentido, a atuação do jornal deve ser interpretada como um movimento estratégico na disputa pela definição da realidade política local. Conforme postula Albuquerque Júnior (2011, p. 34), os discursos regionais "não apenas representam o real, mas instituem reais", sendo fundamentais para a legitimação de determinadas ordens sociais em detrimento de outras. Ao analisarmos o *Diário de Bauru*, verifica-se que a definição do espaço local não é um dado natural ou estático, mas confirma a tese de que "a região é produto de uma batalha, é uma segmentação surgida no espaço dos litigantes". Portanto, as páginas do periódico não devem ser lidas como um reflexo passivo, mas como o próprio território onde essas disputas ocorrem. É no jornal que se forja a identidade de Bauru, num processo conflituoso de escolhas sobre o que deve ser visível e o que deve ser silenciado, evidenciando como a "região" é uma construção histórica moldada pelos embates de poder de seu tempo.

O conceito de "local" pode ser entendido como um espaço privilegiado para problematizar as relações homem/espaço, e se constitui como um lugar de sociabilidades, marcado pela proximidade e contiguidade das relações entre os sujeitos. Bourdin (2001, apud Erinaldo Cavalcanti, 2018) traz a perspectiva que o local é designado como estrutura sociocultural, na qual a sua escolha como objeto delimita a análise das experiências vivenciadas pelos sujeitos que residem no local. Desta forma, ao analisar o local, é proporcionado efeitos de conhecimento nas diferentes especificidades, permitindo a análise de microrrelações através da problematização da ação do homem no seu espaço.

Ressalta-se a importância de evitar a leitura interpretativa que compreende a história local como uma "história pequena" ou "história miúda", apreendida e percebida apenas pela extensão espacial de seus desdobramentos. Cavalcante apresenta que:

Um dos desafios que se apresentam na utilização do conceito de história local diz respeito a um conjunto de significados que a institui em uma relação de oposição aos considerados grandes fatos ou acontecimentos. Nesse sentido, a história local seria, por excelência, uma "história pequena", ou história miúda. Não pequena em

importância ou significado, diga-se à exaustão. Por “história pequena” me refiro a uma dada leitura que sugere uma interpretação pela qual uma história (ou várias histórias) é apreendida e percebida pela extensão espacial de seus desdobramentos; que não excederia grandes limites (Cavalcanti, 2018, p. 277).

Um dos maiores desafios é que a história local tem sido representada como uma extensão ou um desdobramento de uma história "não local," como se fosse uma "pequena peça". Essa interpretação sugere que o que ocorre no âmbito nacional determinaria, em dimensões micro, a configuração da história local. No entanto, a história local deve ser entendida como um campo que contribui para ampliar e diversificar a produção historiográfica e a capacidade de revelar experiências, memórias e representações que muitas vezes são invisibilizadas nos estudos de abrangência nacional. Desta forma, Cavalcante (2018, p. 286), mostra que a história local não deve ser vista de forma isolada, mas como uma ferramenta capaz de promover uma compreensão do passado mais plural e heterogênea.

Assim considerado, a discussão sobre a chamada história local evidencia a necessidade de ultrapassar sua compreensão restrita como uma “história pequena” ou limitada a fronteiras físico-geográficas, de modo a concebê-la como uma “dimensão local da História”, isto é, como um espaço de análise no qual se articulam sujeitos, práticas, memórias e temporalidades. Tal perspectiva desloca a história local de uma condição subordinada às narrativas nacionais ou globais, reconhecendo-a como campo legítimo de produção historiográfica, dotado de singularidades próprias, mas também em diálogo permanente com outras escalas. Portanto, compreender a dimensão local não significa reduzi-la a um fragmento menor de uma história “maior”, mas sim reconhecer sua complexidade e potencialidade enquanto recurso teórico-metodológico capaz de ampliar a reflexão histórica, evitando reducionismos e contribuindo para uma leitura plural e crítica das experiências humanas no tempo e no espaço.

Para investigar essa complexidade da dimensão local, a imprensa periódica apresenta-se como uma fonte privilegiada, exigindo, contudo, uma análise que ultrapasse o conteúdo informativo e considere a natureza ideológica da própria linguagem, como examinado a seguir.

A IMPRENSA COMO FONTE HISTÓRICA

Para análise dos periódicos, é importante considerar o papel ideológico da linguagem dos estudos de Bakhtin, que destaca que o ideológico está presente na organização dos indivíduos, tornando-se um meio de comunicação. “A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social” (Bakhtin, 2006, p. 37). Nesse sentido, os estudos do autor contribuem significativamente para o entendimento de que toda linguagem está impregnada de sentidos construídos historicamente.

Cada palavra, expressão ou discurso carrega em si marcas culturais, sociais e políticas, atribuídas pelos sujeitos que a produzem e reproduzem. A linguagem nunca é neutra: ela reflete posições, visões de mundo e, sobretudo, uma determinada ideologia que atua de maneira muitas vezes sutil na formação das representações sociais e políticas. Segundo Bakhtin (2006, p.96):

Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida.

Nessa perspectiva, a partir da teoria de Bakhtin, compreende-se que as palavras e expressões utilizadas na construção das notícias não são elementos neutros, mas sim carregadas de significados ideológicos que refletem as condições sociais, culturais e históricas de seu tempo. Cada forma de organização do discurso carrega consigo uma determinada visão de mundo. Dessa maneira, torna-se inevitável que um jornal revele, mesmo que de modo sutil ou indireto, posicionamentos políticos e ideológicos ao narrar os fatos, contribuindo para a construção de sentidos que influenciam diretamente a percepção do leitor sobre a realidade.

Perante a análise dos periódicos, a imprensa deve ser compreendida como um artefato histórico e cultural, que participa ativamente da construção de sentidos e imaginário popular. Cruz e Peixoto (2007, p.258) destacam a imprensa como:

Linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa /sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe.

As autoras afirmam que transformar um jornal em fonte histórica é uma operação consciente do historiador, que deve considerar não apenas o conteúdo das notícias, mas também a linguagem, o projeto editorial, os grupos produtores e o público leitor. Assim, a imprensa deixa de ser vista apenas como um reflexo da realidade e passa a ser compreendida como “uma prática constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais” (Maciel apud Cruz; Peixoto, 2007, p. 258).

Para a análise do *Diário de Bauru*, durante os anos de 1968 e 1969 da ditadura militar, é essencial considerar a publicação como um modelo de produção simbólica, inserida no processo de construção da memória e da legitimidade do regime. O olhar metodológico, portanto, não deve se limitar à coleta de informações, mas ser guiado por uma leitura crítica do material jornalístico em sua totalidade linguagem, estrutura, autoria, circulação e recepção. Cruz e Peixoto (2007, p.260) propõem que esse olhar investigativo seja “capaz de desfazer o mito da objetividade” e trazer à tona “outras experiências, vozes e interpretações, que deem visibilidade a outras histórias e memórias.

O DIÁRIO DE BAURU

Em sua estrutura, nos anos de 1968 a 1969, o *Diário de Bauru* circulava diariamente, com exceção das segundas-feiras. As edições variavam tipicamente entre doze e dezesseis páginas, dependendo da quantidade de notícias e de anúncios. A publicidade ocupava uma porção significativa do jornal, sendo comum que propagandas de empresas automotivas e de eletrodomésticos preenchendo páginas inteiras.

A equipe do jornal possuía uma estrutura notável para a época, que incluía, como diretor: Avallone Jr; diretor de Redação: Louriveti de Castro; gerente: Adilson Laranjeira; redatores e colunistas: Anor Scatimburgo, Carlos Fernandes de Paiva e Broncolino.

A análise do corpo editorial do *Diário de Bauru* revela que a publicação era conduzida por uma elite política e intelectual consolidada, refletindo uma notável estrutura de poder local. Sob a direção de Nicolau Avallone Jr., figura central da política partidária (ARENA), e amparado pelo capital jurídico de colunistas como Carlos Fernandes de Paiva e pela técnica jornalística de editores como Louriveti de Castro, o jornal não operava apenas como veículo informativo, mas como um agente de legitimação ideológica, onde o prestígio social era presente.

O *Diário de Bauru* oferecia uma cobertura ampla, dividida entre fatos internacionais, nacionais e locais. Cobertura Internacional, o jornal permitia aos leitores acompanharem os eventos internacionais. Notas sobre acontecimentos globais estavam concentradas principalmente na coluna “Manchetes em miniatura”, localizada na primeira página.

O panorama político nacional recebia grande destaque. O *Diário de Bauru* frequentemente utilizava pronunciamentos de políticos como manchetes, com o objetivo de fomentar a polêmica em torno dos conflitos. Embora seu perfil político-editorial fosse a favor do regime, o jornal dedicava espaço para noticiar as medidas e transcrever discursos de opositores e de membros da situação, possibilitando, ao menos, que o leitor tivesse acesso a visões diferentes.

Para compreender a linha editorial do *Diário de Bauru* no período de 1968-1969, é imprescindível analisar a trajetória de seu fundador e proprietário, Nicola Avallone Junior. Conhecido popularmente como "Nicolinha", Avallone não era apenas um empresário de mídia, mas uma das figuras centrais da política bauruense, cuja carreira se entrelaçava diretamente com as páginas do seu jornal.

De acordo com a Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP, ano), Avallone Junior era formado em economia pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) e o fundador do

Diário de Bauru, que aconteceu em 1946. O periódico nasceu, portanto, no contexto da redemocratização pós-Estado Novo, servindo desde o início como plataforma para suas ambições públicas e projetos sociais. Segundo dados da (ALESP), ainda na década de 1940, ele criou a Sociedade Amigos de Bauru e a Casa do Garoto, instituições assistencialistas que lhe garantiram uma base eleitoral sólida e uma imagem de benfeitor popular.

Elegeu-se prefeito de Bauru e governou entre os anos de 1956 e 1959. Posteriormente, conquistou cadeiras na Assembleia Legislativa como Deputado Estadual. É crucial notar que o *Diário de Bauru* operava como uma extensão pública de suas ideias. As manchetes e colunas não apenas noticiavam os fatos, mas ecoavam o estilo personalista de seu dono, celebrando suas obras e defendendo seus aliados.

No cenário partidário que antecedeu o AI-5, Avallone Junior transitou por diversos partidos como PSD e PTN até filiar-se à ARENA (Aliança Renovadora Nacional), o partido de sustentação do regime militar. Essa filiação cria um aparente paradoxo, o dono do jornal pertencia à base governista. No entanto, sua atuação possuía um viés populista e autônomo que, em última instância, desagradava a linha dura do regime.

ANÁLISE DO DIÁRIO DE BAURU ANTES DO AI-5.

O ano de 1968 representou um momento tenso na trajetória política brasileira. Se os primeiros anos após o golpe de 1964 ainda permitiam alguma margem de manobra para a sociedade civil, o endurecimento do sistema fecharia essas brechas.

O Ato Institucional nº 5 (AI-5), decretado em 13 de dezembro de 1968, é analisado por Kushnir como o instrumento jurídico que consolidou a ditadura militar brasileira, encerrando qualquer vestígio de legalidade democrática que o regime ainda tentava sustentar. Redigido pelo Ministro da Justiça Luís Antônio da Gama e Silva, o ato conferiu poderes extraordinários ao Executivo, permitindo o fechamento do Congresso Nacional, a cassação de mandatos e a suspensão da garantia de habeas corpus para crimes políticos, o que, na prática,

institucionalizou a repressão e o arbítrio estatal como políticas de governo (KUSHNIR, 2001, p. 83).

No âmbito da imprensa, Kushnir destaca que o AI-5 inaugurou um período de censura sistemática, alterando drasticamente a rotina das redações jornalísticas. A medida impôs a presença física de censores nos jornais e fomentou a "autocensura", mecanismo pelo qual os próprios veículos de comunicação passaram a cortar conteúdos preventivamente para evitar apreensões e garantir sua sobrevivência econômica (KUSHNIR, 2001, p. 40). Segundo a autora, esse endurecimento transformou a relação entre o Estado e a mídia, criando zonas de silêncio e colaboração forçada que marcariam profundamente o jornalismo brasileiro até o final do regime (KUSHNIR, 2001, p. 54).

Observa-se, na historiografia, como esse momento representa o fim das ilusões de uma "ditabranda" e o início da fase mais repressiva do período. Marcos Napolitano (2014, p. 154) define o impacto do AI-5 não apenas como uma medida jurídica, mas como um trauma profundo na temporalidade e na cultura política do país. Como indica o autor:

O AI-5 marcou também uma ruptura com a dinâmica de mobilização popular que ocupava as ruas de forma crescente desde 1966, capitaneada pelo movimento estudantil. Mais do que isso, teve um efeito de suspensão do tempo histórico, como uma espécie de apocalipse político-cultural que atingiria em cheio as classes médias, relativamente poupadas da repressão que se abatera no país com o golpe de 1964. A partir de então, estudantes, artistas e intelectuais que ainda ocupavam uma esfera pública para protestar contra o regime passariam a conhecer a perseguição, antes reservada aos líderes populares, sindicais e quadros políticos da esquerda.

Diante dessa suspensão do tempo histórico e do fechamento da esfera pública, a imprensa sofreu o impacto imediato da censura prévia e da autocensura. No entanto, a coerção do regime não operava apenas pelo silenciamento do veto à notícia, mas também pela indução de uma nova postura discursiva.

O governo militar percebia que sua imagem, firmada excessivamente na rigidez dos quartéis e na repressão, não gerava simpatia popular e desgastava sua legitimidade. Era necessário, portanto, alterar a percepção pública. Segundo a análise de Carlos Fico (1997, p.

59), o regime buscou abandonar sua face soturna para vender uma imagem de eficiência e felicidade:

Desde os primeiros momentos de março de 1964, a imagem passada pelos governos militares foi soturna, sombria. A sisudez e a circunspeção dos uniformes, as cataduras graves dos "homens sérios", tudo isso esteve claramente estampado em imagens que eram divulgadas pela imprensa. [...] Quepes, uniformes, ares de comando tudo inspira temor, pois lembra a polícia, a força, o monopólio do uso legal da violência.

A transição editorial observada nas páginas do jornal entre 1968 e 1969 reflete a adesão forçada a esse projeto de "reinvenção do otimismo". O discurso crítico cede espaço a uma pauta que exalta o desenvolvimento e a ordem, tentando encobrir as tensões sociais. Carlos Fico (1997, p. 147) explica como os elementos da identidade nacional foram apropriados para esse fim:

Os tópicos do otimismo a exuberância natural, a democracia racial, o conagraamento social, a harmônica integração nacional, o passado incruento, a alegria, a cordialidade e a festividade do povo brasileiro, entre outros foram ressignificados pela propaganda militar tendo em vista a nova configuração socioeconômica que se pretendia inaugurar.

Partindo desse arcabouço teórico, torna-se fundamental investigar como tais mecanismos de coerção e propaganda se materializaram no cotidiano de uma redação regional. As seções seguintes dedicam-se, portanto, a uma análise documental das edições do *Diário de Bauru*, buscando identificar, na transição de 1968 para 1969, os vestígios dessa ruptura: o momento exato em que o debate político cedeu lugar ao silêncio e à forçada normalidade preconizada pelo regime.

ANÁLISE COMPARATIVA DAS MANCHETES DO PELO *DIÁRIO DE BAURU* (1968-1969)

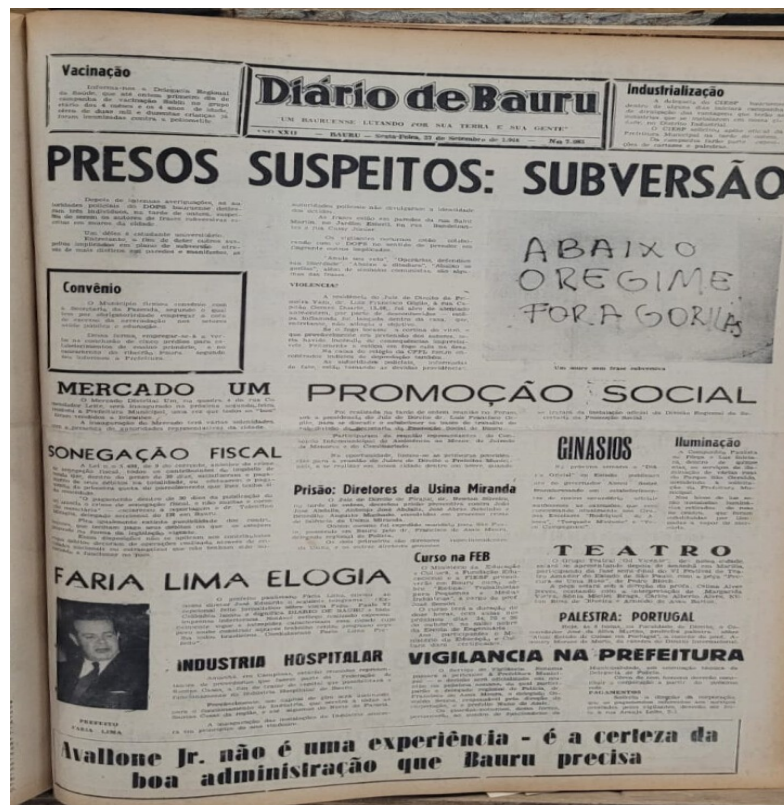
Para compreender a transformação editorial do *Diário de Bauru* entre 1968 e 1969 é necessário ultrapassar a leitura do jornal apenas como um suporte de informações e encará-lo como uma arena onde se desenvolve a luta de classes, conforme propõe Mikhail Bakhtin (2006, p. 46). Segundo o autor, a palavra não é neutra, ela é um signo ideológico que reflete e refrata a realidade social. Em períodos de crise, a página do jornal torna-se o palco onde vozes conflitantes disputam a hegemonia do sentido.

No entanto, a instauração da censura pelo AI-5 opera uma violência simbólica drástica: a supressão dessa disputa. O regime militar impõe o que Bakhtin define como a palavra autoritária: um discurso que não admite questionamento, dúvida ou diálogo e exige o reconhecimento e a obediência. Como salienta Carlos Fico (1997, p. 93), ao silenciar as vozes dissonantes, o regime precisou preencher o vazio discursivo com a construção do otimismo, substituindo o debate político pela propaganda do desenvolvimento técnico e da ordem. A análise a seguir demonstra como essa transição do dialogismo para o monologismo se materializou visual e textualmente no *Diário de Bauru*.

Nos meses que antecederam o AI-5, o *Diário de Bauru* ainda operava sob a lógica da polifonia. Havia espaço para o confronto de vozes, onde a ordem oficial colidia visualmente com a desordem das ruas.

Na capa da Edição de número 7.083, de 27 de setembro de 1968, é o exemplo máximo como campo de luta. A manchete principal, "PRESOS SUSPEITOS: SUBVERSÃO", tenta enquadrar os fatos sob a ótica da segurança nacional. No entanto, a fotografia escolhida pelo editor subverte essa intenção.

Figura 1 – Primeira página do *Diário de Bauru* 27 de setembro de 1968, ed. 7.083, p. 1.

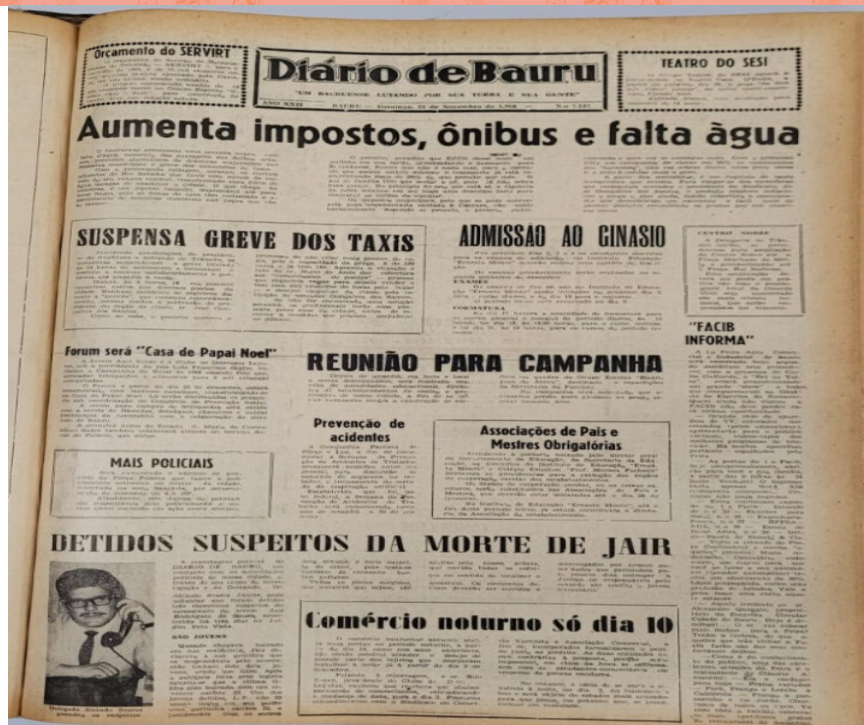


Fonte: *Diário de Bauru*. Foto do autor.

Ao publicar a imagem de um muro pichado com "ABAIXO O REGIME" e "FORA GORILAS", o jornal permite que a voz do outro, a “resistência estudantil”, penetre no discurso oficial. Bakhtin argumenta que a linguagem é viva quando há réplica. Aqui, a réplica é visual: a palavra "Gorilas", insulto aos militares, disputa a atenção do leitor com a palavra Subversão. O jornal, neste momento, ainda é um espaço dialógico no qual o conflito social é exposto, não ocultado.

. Dois meses depois, a tensão se desloca para o social. A manchete da edição número 7.132 de 24 de novembro de 1968, "AUMENTA IMPOSTOS, ÔNIBUS E FALTA ÁGUA" coloca o jornal na posição de mediador das queixas populares.

Figura 2 – Primeira página do *Diário de Bauru*, 24 de novembro de 1968, ed. 7.132, p. 1.



Fonte: *Diário de Bauru*. Foto do autor.

Percebe-se aqui a voz social clamando por necessidades básicas. A menção à "SUSPENSA GREVE DOS TAXIS" e "ADMISSÃO AO GINÁSIO" mostra um jornal conectado com o cotidiano real da cidade. Não há, ainda, a filtragem ideológica que transformaria o Brasil em um lugar de paz. O jornal narra a carência, a greve e o imposto, exercendo sua função fiscalizadora.

Os dias 13 e 15 de dezembro representam o "evento discursivo" da ruptura. É o momento em que a palavra deixa de ser debate para se tornar sentença. A análise da Edição número 7.148, de 13 de dezembro de 1968, mostra, na capa, um documento histórico da resistência final. A manchete "GOVERNO DERROTADO" é um enunciado polêmico.

Figura 3 – Primeira página do *Diário de Bauru*, 13 de dezembro de 1968, ed.7.148, p. 1.



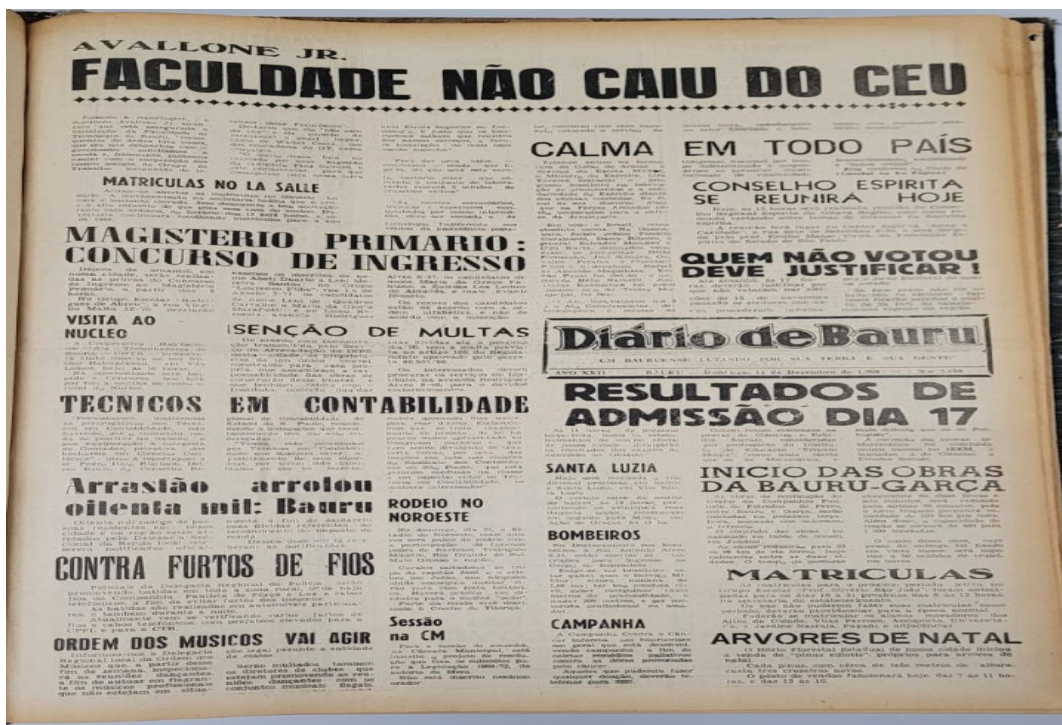
Fonte: *Diário de Bauru*. Foto do autor.

Ao noticiar a recusa da Câmara em processar o deputado Márcio Moreira Alves, o jornal não está apenas relatando um fato administrativo. A manchete atua como um "contrapalavra" frente ao discurso autoritário do Estado. Onde o governo militar exigia submissão da cassação, a notícia materializa a resistência institucional o *Diário de Bauru* expõe a fragilidade política do

regime. O uso do termo "Derrotado" aplicado ao "Governo" inverte a hierarquia de poder. É a última vez que o jornal exerce a liberdade de qualificar o governo federal negativamente.

A edição de número 7.150, de 15 de dezembro de 1968, publicada logo após a instauração do Ato Institucional de número 5, o AI-5, ou seja, apenas 48 horas depois, é visível a mudança no modo de escrita do Jornal. A palavra autoritária, descrita por Bakhtin, toma conta da página.

Figura 4 – Primeira página do *Diário de Bauru*, 15 de dezembro de 1968, ed. 7.150, p. 1.



Fonte: *Diário de Bauru*. Foto do autor.

A manchete "CALMA EM TODO PAÍS" não é uma notícia, é uma ordem, um simulacro. Enquanto o país vivia prisões em massa e o fechamento do Congresso, o jornal é obrigado a imprimir uma realidade fictícia. Aqui, o discurso torna-se monológico: só existe uma verdade permitida, a verdade do Estado. Paralelamente, a manchete "AVALLONE JR.: FACULDADE NÃO CAIU DO CÉU" revela o drama pessoal do proprietário. É um enunciado de defesa. Prestes a ser cassado, Avallone tenta usar seu jornal para valorizar seu capital político local, mas sua voz já está cercada pelo cerco do regime. Em 1969, o processo de mudança discursiva se completa. A política é varrida da capa. Restam apenas dois tipos de notícias: as sobre natureza e as propagandísticas. Na edição número 7.177, de 24 de janeiro de 1969, sem poder falar de política, se volta para o drama climático: "TROMBA D'ÁGUA ARRASOU A CIDADE".

Figura 5 – *Diário de Bauru*, 24 de janeiro de 1969, ed 7.177, p. 1



Fonte: *Diário de Bauru*. Foto do autor.

Mas o elemento ideológico mais forte está na manchete secundária: "CHEGOU O MAIOR REATOR DA AMÉRICA". Como aponta Carlos Fico, a ditadura precisava reinventar o otimismo. A ênfase no superlativo "o maior da América" e na tecnologia, o reator serve para criar a imagem de um Brasil potência, que avança tecnicamente, enquanto politicamente regride. O discurso técnico tenta preencher o vazio deixado pela proibição do discurso político.

Observa-se que na edição número 7.177, de 12 de fevereiro de 1969, a transformação do jornal em veículo de propaganda oficial se consolida.

Figura 6 – *Diário de Bauru*, 12 de fevereiro de 1969, ed 7.193, p. 1.



Fonte: *Diário de Bauru*. Foto do autor.

A manchete "GOVERNO RECUPERA AS FERROVIAS", ilustrada com autoridades vistoriando obras, elimina qualquer traço de conflito. Não há mais greves, não há mais falta de água, não há mais "governo derrotado". O jornal passa a operar em um tempo suspenso, onde só

existe o progresso administrativo. Bakhtin (2006, p. 44) diria que o horizonte social do jornal foi estreitado à força: a multiplicidade de vozes da sociedade civil, vistas em setembro de 68, foi calada, restando apenas a voz do Estado que "recupera", "inaugura" e "traz calma".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do *Diário de Bauru* na virada de 1968 para 1969 não pode ser lida apenas como uma sucessão cronológica de edições, mas como o registro documental de uma trama política e discursiva. A análise comparativa das primeiras páginas do periódico permitiu confirmar a hipótese central deste estudo: o Ato Institucional nº 5 não impôs apenas uma censura negativa, mas forçou uma reestruturação positiva do discurso, substituindo o debate político pela reinvenção do otimismo.

Retomando a perspectiva de Bakhtin, observou-se que até os dias derradeiros de 1968, o jornal funcionava como uma arena polifônica. Mesmo inserido em uma estrutura conservadora, o periódico abrigava as tensões da cidade e do país: a greve dos taxistas, a falta de água, a derrota do governo no Congresso e até mesmo a voz da resistência estudantil impressa nos muros da cidade. Havia, ali, um dialogismo vivo, onde a autoridade era contestada pela realidade social.

Contudo, a intervenção do AI-5 operou o silenciamento radical dessa ágora impressa. A cassação do mandato de Nicola Avallone Junior, proprietário do jornal e membro da ARENA, demonstra que a ditadura não admitia mais matizes ou autonomias regionais; exigia-se submissão absoluta. O jornal, ferido em sua estrutura de comando, capitulou.

A partir de janeiro de 1969, a análise das manchetes evidencia a consolidação do discurso monológico e autoritário. As crises políticas desapareceram das capas, cedendo lugar a dois tipos de narrativa: a fatalidade natural, as chuvas, e a celebração tecnológica o reator nuclear, as ferrovias, o distrito industrial. Aspectos que confirmam a tese de Carlos Fico, o

Diário de Bauru passou a veicular uma imagem de "Brasil Potência", onde o desenvolvimento técnico servia como cortina de fumaça para o fechamento democrático.

Conclui-se, portanto, que o *Diário de Bauru* sobreviveu ao AI-5, mas ao custo de sua função política. Deixou de ser um veículo ativo na disputa pelo poder local e nacional para se tornar um vetor da propaganda modernizadora do regime. As páginas de 1969, limpas de conflitos e repletas de promessas de progresso, permanecem hoje como testemunhas silenciosas de uma época em que a ordem foi mantida pela supressão da diversidade de vozes.

FONTE

DIARIO DE BAURU. Aumenta impostos, ônibus e falta água. **Diário de Bauru**, Bauru, n. 7.132, 24 de nov. 1968. Manchete, p 1.

DIARIO DE BAURU. Desidratação faz dose casos por dia em Bauru. **Diário de Bauru**, Bauru, n. 7.148, 13 de dez. 1968. Manchete, p 1.

DIARIO DE BAURU. Faculdade não caiu do céu. **Diário de Bauru**, Bauru, n. 7.150, de 15 de dez. 1968. Manchete, p 1

DIARIO DE BAURU. Governo Recupera as Ferrovias. **Diário de Bauru**, Bauru, n. 7.177, 12 de fev. 1969. Manchete, p 1.

DIARIO DE BAURU. Presos Suspeitos: Subversão. **Diário de Bauru**, Bauru, n. 7.183, 27 de set. 1968. Manchete, p 1.

DIARIO DE BAURU. Tromba d'água arrasou a cidade. **Diário de Bauru**, Bauru, n. 7.193, 24 de jan. 1969. Manchete, p 1.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **A invenção do nordeste e outras artes**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, Taís Temporim et al. A História Regional e o uso de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC's) em sala de aula. **História & Ensino**, Londrina, v. 26, n. 1, p. 160-180, jan./jun. 2020. Disponível em:

<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/33909>. Acesso em: 3 dez. 2025.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. Ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

CAVALCANTE, Erinaldo. História e história local: desafios, limites e possibilidades. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 7, nº 13, p. 272-292, 2018. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/393>. Acesso em: 1 dez. 2025.

CRUZ, Heloisa; PEIXOTO, Maria. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>. Acesso em: 02 fev. 2026.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. 2001.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

PINSKY, Carla. **Fontes Históricas**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.